



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itaituba

PARECER JURÍDICO/PMI/DICOM/ 2021
TOMADA DE PREÇOS Nº: 004/2020 – TP.
CONTRATO Nº: 20200279.
OBJETO: Contratação de empresa para perfuração de poços semiartesianos com estruturas completas dos reservatórios elevados e cinco torneiras, para atender a demanda do Município de Itaituba-PA.
ASSUNTO: Pedido de 1º Termo Aditivo de Prazo Execução.
CONTRATADA: C H S SOARES EIRELI.

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento para prorrogação do Prazo de Execução do Contrato Administrativo nº 20200279.

O pedido foi instruído com Memo. nº 300/2020 – COOPLAN/CCP com a solicitação da Contratada C H S SOARES EIRELI, cronograma físico-financeiro de custo, termo de aceite de aditivo, justificativa do Secretário Municipal de Infraestrutura, justificativa do Engenheiro Civil (fiscal do contrato) e cópia da ordem de serviço.

Justificaram que precisarão prorrogar o prazo de execução do respectivo contrato pelo período de 90 (noventa) dias, considerando os fatores imprevisíveis que o COVID-19 vem ocasionado, e que acabou por dificultar a produção dos insumos, tendo-se que evitar a aglomeração de pessoas nos canteiros de obras, dificultando assim, o bom andamento das obras e o cumprimento de todas as suas exigências normativas.

O prazo de execução de acordo com a Ordem de Serviço nº 013/2020 - PMI vai até 21 de dezembro de 2020.

Foi informado que a **prorrogação do prazo de execução será por 90 (noventa) dias, ou seja, até 20 de março de 2021.**

É o breve relato.

Passo a opinar e fundamentar.

Ressalte, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a autorização para Aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

No que concerne à prorrogação do prazo da vigência do contrato, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, § 1º, inciso II e § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itaituba

(...)

§ 1º. **Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação**, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(..)

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

(...)

§ 2º. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Este corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que a Contratada execute o seu objeto.

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo de Execução, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, § 1º, inciso II, e § 2º da Lei 8.666/93.

Pode se considerar a demonstração do interesse por parte da Secretária Municipal de Infraestrutura na continuidade dos serviços, bem como sua aprovação formal foram supridas pela apresentação da justificativa e Termo de aceite. Também o limite do prazo de execução foi exaustivamente exposto.

Consta na Cláusula Quarta item 2 do Contrato nº 20200279 expressamente a possibilidade de prorrogação de prazo de execução.

Ademais, nota-se que o mesmo se encontra regular, sem qualquer prejuízo à Administração Pública.

Ante todo o exposto, este Procurador jurídico Municipal, conclui que o prazo das etapas de execução, conclusão e entrega da obra, tornou-se insuficiente para que a Contratada cumpra com a sua obrigação principal, opino no sentido de que, não há impedimento ao aditamento contratual para prorrogação do prazo de execução de obra. Portanto, fica prorrogado o prazo de execução até a data de **20/03/2021**.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Itaituba, 14 de dezembro de 2020.

Atemistokhles A. de Sousa
Procurador Jurídico Municipal
OAB/PA nº 9.964